



BANCARINHO

Edição

811

09/11/2016 - ANO: XII



CONTRAFIN
Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro

Bancários vão parar no dia 11 de novembro

Abertura das agências vai ocorrer às 12h

Em Assembléia ocorrida nesta terça-feira, 8 de novembro, os bancários aprovaram uma paralisação nas atividades até as 12 horas no dia 11 de novembro.

Na Assembleia a categoria pode discutir e debater sobre os efeitos nocivos da PEC 241, agora PEC 55 para o nosso futuro de nossa geração, se congelar investimentos nas áreas de saúde, educação e assistência social até 2037.

Greve Geral

O movimento é nacional, integra a agenda da Frente Brasil Popular, e é contra outras propostas que tramitam no Congresso, como o PLS 54/2016, antigo projeto de lei complementar (PL) 257, que legisla sobre a renegociação da dívida dos estados e sinaliza para o mercado com medidas de contenção de custos que vão do arrocho salarial dos servidores públicos à privatização de empresas estatais, as Reformas da Previdência, Ensino Médio, Lei da Mordaza e Reformas Trabalhistas.

Funcionários do Bradesco conseguem conquista sobre financiamento

Dois importantes avanços foram conquistados pela COE Bradesco (Comissão de Organização dos Empregados). É a tarifa diferenciada na taxa de juros para crédito de 60 meses, com redução de 2,72% para 2,34%. e o crédito consignado, que estará disponível para os bancários. Apesar da conquista, a taxa poderia ser menor, se for considerado que o empréstimo

para o funcionário tem o retorno garantido. Independentemente do prazo, o artigo 27 da minuta específica cobra que a taxa para crédito pessoal para os funcionários não ultrapasse o valor da CDI taxa efetiva + 0,5% a.m.

Janes Estigarribia, considera que se trata de um avanço, pois essa é uma reivindicação antiga e que foi preciso várias discussões em torno do tema. Outra reivindicação é o parcelamento do adiantamento de férias.

Governo tem pressa na reforma da Previdência

Depois da PEC 55, em tramitação no Senado, que congela em 20 anos os investimentos públicos em áreas essenciais para o país como saúde e educação, o governo quer apressar a votação da reforma da previdência. O ministro da fazenda, Henrique Meirelles, defende a mudança na

Previdência Social como próxima etapa da reforma fiscal. À frente da Casa Civil, o ministro Eliseu Padilha afirmou que será uma "reforma dura, dados os padrões que nos encontramos". Também disse que no Brasil há uma "fábrica de bondades" e que providências não foram tomadas. O governo quer impor idade mínima de 65 anos para a aposentadoria de homens e mulheres.

Terceirização nas mãos do STF

O Supremo Tribunal Federal julga hoje a terceirização na atividade fim. A decisão acontece em um momento de total ofensiva do governo, com graves ameaças aos trabalhadores, que correm o risco de ter a precarização das relações de trabalho legalizada.

Os trabalhadores do ramo financeiro poderão ser os mais prejudicados com a terceirização, por isso, as centrais sindicais de todo o país pressionam a Justiça brasileira para que a terceirização não seja decidida pelo STF.

O veredito do Supremo Tribunal Federal pode sair hoje. Além dos protestos nas ruas e nas redes sociais, as centrais, se reúnem com o ministro do Supremo, Edson Fachin para cobrar a volta das discussões em torno da liberação da terceirização na atividade fim das empresas para o Senado.

Não dá para um tema tão essencial para os trabalhadores brasileiros ser decidido através de um recurso extraordinário apreciado pela Suprema Corte em uma tacada só. A decisão compete ao Congresso Nacional, que deve estudar bastante e ouvir especialistas sobre o assunto. No Congresso, atualmente, tramita o PLC 30/2015, que versa sobre terceirização sob a mesma ótica. É lá que a luta deve ser feita para alterar o texto que passou pela Câmara Federal como PL 4330.

Todos os sábados a partir das 17h venha tomar uma sauna e jogar uma sinuca com amigos e familiares. Você é nosso convidado.